

Sumário

Número de notícias: 16 | Número de veículos: 10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Estudo avalia efeito da "pejotização" na arrecadação.....3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo cria rede para combater tráfico de armas.....5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Pagamento de R\$ 4 milhões a Stefanutto, diz PF.....6

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Deputada do MDB-CE é alvo de operação da PF.....7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Os desafios de Durigan à frente da Fazenda (Artigo).....9

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

PIB acima do esperado, dívida em alta: o balanço da gestão Haddad em 10 gráficos.....11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo vê abusos em alta de combustíveis.....14

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Supersemana" dos BCs decide juros pós-choque do petróleo (Editorial).....16

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

No olho do furacão: guerra no Irã abala mitos que cercam a cosmopolita Dubai.....18

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

TRF-3 afasta restrições do TCU às transações tributárias.....21

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Um bom planejamento para a longevidade.....23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Acordo Mercosul- UE é promulgado.....25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Com R\$ 42 bilhões em 2 dias, Tesouro faz maior intervenção em títulos em 13 anos.....26

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Lucro operacional de planos de saúde cresce 116% em 2025.....27

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Monitor do PIB tem alta de 0,2% em janeiro.....28



Quarta-Feira, 18 de Março de 2026

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Alívio do prêmio de risco global beneficia o real 29

Estudo avalia efeito da "pejotização" na arrecadação

Beatriz Olivon e Jéssica Sant'Ana De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em uma de suas últimas reuniões no cargo, recebeu do presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, estudos sobre os impactos da pejotização na arrecadação federal. A pejotização é um dos temas que a equipe econômica pretende enfrentar em um eventual governo Lula 4.

Um dos estudos indica que, se 50% da força de trabalho com carteira assinada for pejotizada, a perda arrecadatória seria de R\$ 384 bilhões por ano. A redução corresponde a 16,6% da arrecadação federal de 2023. "O reiterado afastamento do vínculo empregatício, com a sistemática de contratação através de pessoas jurídicas gera uma importante diminuição arrecadatória para a União", afirma estudo de Nelson Marconi e Marco Capraro Brancher, da FGV. A arrecadação média gerada por um trabalhador celetista em 2023 foi de cerca de R\$ 25 mil, e do trabalhador por conta própria, de R\$ 1,6 mil.

Pelo estudo, os setores em que há maior evolução do percentual de pejotizados a partir da reforma trabalhista de 2017 são os com salários mais elevados, como saúde, comunicação, serviços financeiros, imobiliários e educação. Nesse cenário, se os trabalhadores por conta própria que foram incorporados no mercado de trabalho após a reforma trabalhista, em 2017, tivessem sido contratados como celetistas, a arrecadação tributária teria sido ao menos R\$ 89 bilhões superior à observada (caso fossem empregados em empresas do Simples Nacional) ou de R\$ 144 bilhões se empregados em empresas do lucro real ou presumido, considerando valores acumulados entre 2018 e 2023.

Ainda segundo o estudo, a eliminação de direitos trabalhistas decorrentes da pejotização, como décimo terceiro, horas extras, adicionais de insalubridade ou periculosidade, também vai diminuir a base de cálculo dos **impostos**.

O poder de fiscalização e controle por parte da **Receita Federal** também seria enfraquecido, porque é mais difícil fiscalizar muitas empresas com só um funcionário do que poucas com muitos, em que o recolhimento é na fonte e de forma concentrada, segundo os pesquisadores.

"Tem gari PJ, empregada doméstica PJ, trabalhador rural PJ, é um descalabro. E mesmo profissões como médico e engenheiro vemos que não têm a independência prevista e que precisam de vários trabalhos diferentes e com remuneração menor", afirmou ao Valor o ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho.

Ele lembra que a discussão é antiga e já foi definido que a subordinação caracteriza relação de emprego. "Não tem que ver quanto ganha, mas se tem subordinação", explica. Segundo Vieira de Mello Filho, a preocupação levada à Fazenda foi com o impacto na **Previdência Social**, Sistema S, FGTS e garantia de financiamento de obras de infraestrutura.

"Tentamos indicar que a Constituição construiu um tecido social baseado na relação de emprego, se esse sustento for suspenso, quem vai colocar dinheiro no sistema? Isso considerando a pejotização geral", questiona. Segundo o presidente do TST a depender da decisão sobre o tema, a preocupação é como o país irá sustentar todas as instituições que hoje dependem do modelo da CLT.

A validade da pejotização será definida pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O processo aguarda julgamento, que ainda não tem data para acontecer. Todos os processos no país estão suspensos desde abril de 2025 aguardando a decisão.

Nota Técnica do Ministério do Trabalho e Emprego, também entregue pelo presidente do TST a Haddad, cita o tema em julgamento e aponta que a decisão do STF poderá contribuir para o "desmonte da política de proteção social" baseada na Constituição, tornando "opcional" o enquadramento celetista nas relações de trabalho, afastando regras de duração do trabalho, férias remuneradas, licença maternidade, décimo terceiro salário, FGTS, entre outros.

A nota indica que já há um largo movimento de pejotização observado no mercado de trabalho, com 4,8 milhões de trabalhadores que eram celetistas e passaram a ser PJs no período de 2022 a 2024. A nota estima um déficit previdenciário de 23,78 bilhões nesse período.

Para Daniel Duque, pesquisador de economia aplicada

da FGV Ibre, é difícil antecipar impactos. Segundo o pesquisador, apesar de MEI e Simples terem contribuições menores é necessário ponderar que, com o custo menor, os empregadores poderiam contratar mais pessoas como MEI e Simples. "Grande parte da redução da informalidade no Brasil, em especial nos últimos cinco anos, se deve a essa formalização em modelos que não são CLT nem PJ."

Contudo, Duque aponta que a grande desigualdade entre MEI/Simples e CLT é um problema. "Parte do problema é que não se sabe quando pode contratar PJ e quando pode CLT, o que gera litígios e custos para a economia como um todo. Além de insegurança jurídica", afirma.

Procurado, o Ministério da Fazenda não comentou. O estudo foi remetido para análise da Secretaria de Política Econômica (SPE) da pasta.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Governo cria rede para combater tráfico de armas

Mariana Andrade

O governo federal instituiu nesta terça-feira (17) a Rede Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Armas, Munições, Acessórios e Explosivos (Renarme). A medida segue na esteira de ações promovidas pela gestão federal para combater o crime organizado e ampliar ações de segurança pública no país.

A iniciativa reúne os ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Defesa e da Fazenda, com o objetivo de ampliar a coordenação entre as pastas. Entre as atribuições da rede, estão a integração de sistemas, o aprimoramento de ações de inteligência, fiscalização, investigação e operações conjuntas, além do compartilhamento de dados sobre registro e monitoramento de armas, munições, acessórios e explosivos.

A portaria interministerial foi publicada nesta terça-feira no Diário Oficial da União e é assinada pelos ministros da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva; da Defesa, José Múcio; e da Fazenda, Fernando Haddad.

O texto ressalta que a atuação da Renarme respeitará as competências constitucionais e legais dos órgãos envolvidos, sem implicar "subordinação hierárquica, ingerência operacional ou avocação de atribuições típicas de polícia judiciária".

Integram a rede nacional a Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Segurança

Pública, por meio da Diretoria de Operações Integradas e de Inteligência; a Polícia Federal (PF), representada pela Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado e à Corrupção e a Diretoria de Polícia Administrativa; e a Polícia Rodoviária Federal (PRF), por intermédio das diretorias de Operações e de Inteligência.

Também participam o Comando

Logístico do Exército, vinculado à Defesa; a **Receita Federal**, órgão da Fazenda; e as polícias civis dos Estados e do Distrito Federal.

A norma também prevê a possibilidade de participação

de outros órgãos e entidades, públicos ou privados capazes de contribuir para o enfrentamento ao tráfico, comércio e posse ilegal de armas, munições, acessórios e explosivos.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Pagamento de R\$ 4 milhões a Stefanutto, diz PF

A Polícia Federal afirma que o ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) Alessandro Stefanutto recebeu R\$ 4 milhões em propinas da advogada Cecília Rodrigues Motta, suspeita de atuar por entidades que efetuaram descontos fraudulentos sobre aposentadorias pela **Previdência Social**.

A menção aos pagamentos consta na decisão do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), que autorizou a prisão de Cecília no âmbito da Operação Sem Desconto, que investiga supostas fraudes de R\$ 6,2 bilhões contra aposentados.

Segundo a decisão do ministro, "a partir das análises dos dados extraídos do telefone de Cecília foram encontrados comprovantes de supostos pagamentos, reservas de hospedagem e passagens aéreas em nome de Gilmar Stelo, identificado como assessor direto de Stefanutto".

Stelo é um personagem conhecido da PF na Operação Sem Desconto.

Advogado com escritório no Rio Grande do Sul, ele já era apontado como suposto operador de propinas de outra entidade, a Conafer, a Stefanutto, que presidiu o **INSS** até abril de 2025, quando foi afastado judicialmente no âmbito da Sem Desconto. Mais tarde, ele viria a ser preso na operação.

Cecília Motta também foi alvo da primeira fase da operação, sob suspeita de representar diversas entidades junto ao **INSS** e pagar propinas a dirigentes para costurar com o órgão acordos de cooperação técnica que permitiam que essas associações pudessem efetuar descontos diretamente da folha de pagamento de aposentados em troca de oferecer serviços e seguros. As entidades são suspeitas de fraudar assinaturas e biometria das vítimas em filiações.

As investigações ainda identificaram que a deputada federal Maria Gorete Pereira (MDB-CE), suspeita de receber propinas de Cecília, também atuou junto a Stefanutto.

Segundo a decisão de Mendonça, ela "frequentemente contactava servidores do **INSS**, dentre eles Stefanutto, para, mediante pagamento de propina, viabilizar o

credenciamento e ativação de entidades associativas de aposentados com as quais tinha relação".

Em nota, a defesa de Stefanutto "esclarece que são inverídicas as informações que o vinculam a supostas irregularidades no âmbito do novo desdobramento da operação da Polícia Federal".

Ainda conforme a defesa, Stefanutto jamais procurou a deputada Gorete Pereira. O contato, segundo sustentou, ocorreu "por iniciativa da própria parlamentar, que buscou a Presidência do **INSS** para tratar de tema institucional relacionado ao Acordo de Cooperação Técnica (ACT) da entidade Cenap.ASA".

"Na condição de gestor público, Stefanutto sempre recebeu parlamentares e representantes institucionais dentro da rotina administrativa do cargo", acrescentou.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/03/18/all.pdf>

Deputada do MDB-CE é alvo de operação da PF

Giullia Colombo, Tiago Angelo e Isadora Peron

A deputada Gorete Pereira (MDB-CE) foi alvo na terça-feira (17) da Operação Indébito, desdobramento da Operação Sem Desconto, que investiga um esquema nacional de fraude em descontos associativos de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A operação foi autorizada pelo ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele também determinou que a parlamentar passe a utilizar tornozeleira eletrônica.

Ao todo, a Polícia Federal (PF) cumpriu 19 mandados de busca e apreensão, dois mandados de prisão e outras medidas cautelares no Ceará e no Distrito Federal. Não houve buscas na Câmara dos Deputados.

Na representação enviada a Mendonça, os investigadores pediram a prisão preventiva de Gorete. O Ministério Público Federal (MPF) foi favorável, mas o ministro do STF não autorizou a medida. De acordo com ele, o monitoramento eletrônico é suficiente.

"A prisão preventiva, neste momento, revela-se, assim, substituível por medidas menos gravosas, sem prejuízo de reavaliação futura diante de eventual descumprimento das condições constritivas ora impostas", escreveu o ministro.

Segundo os investigadores, Gorete teria sido orientada por um dos operadores do esquema de desvios a receber propina por meio de um escritório de advocacia. Ela é apontada como possível articuladora política das fraudes junto a órgãos públicos e por exercer a direção de empresas de fachada.

Os dois suspeitos presos são o empresário Natjo de Lima Pinheiro e a advogada Cecília Rodrigues Mota. De acordo com a PF, junto com a parlamentar, eles

controlavam diversas associações que serviam como "instrumento para as práticas dos crimes" e que, na realidade, funcionavam como "laranjas".

Na representação, a PF afirmou que Gorete teria recebido uma mensagem de Natjo com orientações sobre o recebimento de propina.

"Oi, Deputada. Deputada, é porque a CECÍLIA é escritório de advocacia. Escritório de advocacia, eu acho mais legítimo, tem mais Não é, no palavrado, mas tem moral para mandar o dinheiro, entendeu? Do que mandar da associação para a senhora. Não é melhor?", argumentou Natjo.

Ela resistiu à ideia no início, mas depois concordou. "Então, meu filho, você é que sabe."

A PF afirmou também que o nome da deputada foi encontrado em uma tabela que organizava os pagamentos de propina, com a anotação de R\$ 780 mil. As investigações localizaram ainda contratos de compra e venda de um apartamento de R\$ 4 milhões, além de recibos de viagens.

Natjo é apontado como o líder da organização e suposto responsável pela coordenação dos pagamentos e definição de estratégias.

Já Cecília é advogada e indicada como a responsável por operacionalizar o esquema.

De acordo com o ministro, as investigações apontam que eles participaram diretamente das ações fraudulentas, assinaram termos de associação falsos, coordenaram pagamentos ilícitos e receberam pessoalmente valores de lavagem de dinheiro.

Durante a operação, a Polícia Federal apreendeu veículos estimados em R\$ 2,2 milhões, 31 óculos, 15 bolsas e cerca R\$ 237,3 mil em dinheiro vivo.

Em nota, a assessoria da parlamentar negou que ela tenha cometido "qualquer ato ilícito". "A deputada federal Gorete Pereira reitera que não praticou qualquer ato ilícito e que as informações divulgadas não refletem a realidade dos fatos. Sua trajetória pública de mais de 40 anos sempre foi pautada pela integridade", afirmou.

"A parlamentar informa que sua defesa já analisa o teor da decisão. Confiante no devido processo legal, a deputada reafirma seu compromisso com a legalidade e a transparência", concluiu.

O Valor não conseguiu contato com as defesas dos demais citados nesta reportagem.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Os desafios de Durigan à frente da Fazenda (Artigo)

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras. E-mail lu.aiko@valor.com.br

Praticamente certo como o ministro da Fazenda a partir da próxima semana, quando Fernando Haddad terá deixado o posto para entrar em campanha eleitoral, Dario Durigan não terá a vida fácil que caracteriza os períodos de final de governo. Não lhe bastará tocar de lado e esperar o fim da partida, como se diz no futebol. A guerra no Oriente Médio, a disputa eleitoral acirrada e os juros elevados que se refletem em pedidos de recuperação judicial de empresas antecipam um ano difícil.

Sem tocar em nenhum desses três temas, Durigan listou o que seriam as prioridades da pasta este ano, durante a abertura do evento "Rumos", promovido pelo Valor no início deste mês: a implementação e execução da **reforma tributária** e a regulamentação dos supersalários.

Possivelmente o principal legado de Haddad na Fazenda, a **reforma tributária** está incompleta. Falta enviar ao Congresso o projeto de lei que regulamentará o Imposto Seletivo, a ser cobrado sobre produtos prejudiciais à saúde, como cigarros, bebidas alcoólicas, bebidas açucaradas e bets, além dos itens prejudiciais ao meio ambiente: minerais extraídos, veículos, aeronaves e embarcações.

O governo hesita em encaminhar o projeto porque teme ser acusado de criar mais uma taxa. Para os estrategistas que gostariam de iniciar essa discussão após as eleições, a má notícia é que para o Seletivo ser recolhido a partir de janeiro, como é o plano, precisa ser proposto ao Congresso no final de setembro, ou seja, antes do pleito.

Já a regulamentação dos supersalários segue como um dos principais tópicos de interlocução de Durigan com os Poderes. Quando foi chamado pelo presidente do STF, Edson Fachin, a opinar sobre o tema, no início do mês, Durigan disse duas coisas: 1. há projetos no Congresso que estabelecem listas de indenizações que podem ser pagas acima do teto salarial, mas precisam reduzidas; 2. a proposta de reforma administrativa elaborada pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) contém uma disciplina que pode ser um bom ponto de partida para o debate.

Uma terceira prioridade, que ele não listou mas tem ocupado seu entorno, é a agenda digital: a criação do Redata, a concorrência em mercados digitais e a inteligência artificial.

Na Esplanada, é comum ouvir que um dos principais ativos de Durigan é a boa interlocução com a cúpula do Congresso Nacional, moldada ao longo dos dois anos e meio no posto número dois da Fazenda. Também dialoga bem como presidente Luiz Inácio Lula da Silva, depois de haver acompanhado Haddad em várias reuniões com o presidente.

Nada disso impede o surgimento de ideias para agradar o eleitorado que elevam gastos. O trabalho da Fazenda tem sido justamente impedir o avanço daquelas que podem ter repercussão fiscal.

Ontem, por exemplo, discutiram-se no Planalto os efeitos da alta dos combustíveis, cinco dias após o governo haver anunciado um pacote de R\$ 30 bilhões, ao zerar o PIS/Cofins sobre o diesel e instituir uma subvenção. Caminhoneiros ameaçam paralisação.

Enquanto isso, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) falava em elevar o limite de enquadramento dos microempreendedores individuais (MEIs) de R\$ 81 mil para R\$ 130 mil anuais e em rever os limites de enquadramento do Simples.

A "bondade" para os MEIs acendeu sinais de alerta no governo. Poderá custar mais de R\$ 20 bilhões, segundo estimativas que circulam no Congresso.

Evitar pautas-bomba para preservar a estabilidade econômica tem sido um tópico constante do diálogo de Durigan com o Legislativo. Antes, havia sido a aprovação de medidas para preservar o arcabouço fiscal.

Graças a essas medidas, disse Durigan no evento do Valor, a situação das contas públicas melhorou bastante nos últimos três anos. O processo deve seguir neste ano com a revisão de gastos tributários, disse.

"O Haddad e sua equipe deixaram para a campanha uma situação razoavelmente confortável", comentou o professor José Francisco de Lima Gonçalves, da Faculdade de Economia e Administração da

Universidade de São Paulo (FEA/USP). A arrecadação tem sido suficiente para cobrir as despesas primárias dentro das regras do arcabouço, "com algum desgaste político e junto aos participantes do mercado financeiro", avaliou. Para 2027, ele acredita que meta e resultados fiscais são "exequíveis".

O maior desafio de Durigan será a taxa de juros, avaliou o economista-chefe da Tullett Prebon, Fernando Montero. Nos últimos 12 meses, os juros acrescentaram 9,29 pontos percentuais do Produto Interno Bruto (**PIB**) à Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), disse. "Ainda avançará, pois na margem juros e dívidas estão maiores."

Ele se referia à taxa de juros "de sempre" do Brasil, que considera uma "anomalia", e não à que será decidida hoje pelo Comitê de Política Monetária (Copom), com risco de surpresa. Se antes da guerra o corte na taxa era dado como certo, agora não mais.

Nos bastidores, Durigan é apontado como a pessoa que "coloca a bola no chão" em momentos de estresse. Pelo visto, essa habilidade tende a ser acionada várias vezes ao longo de 2026.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

PIB acima do esperado, dívida em alta: o balanço da gestão Haddad em 10 gráficos

Por Isabela Bolzani, André Catto, g1 - São Paulo

Economia teve resultados melhores do que o esperado nos últimos anos - com crescimento do **PIB**, **inflação** controlada e mercado de trabalho aquecido.

Mesmo assim, a relação entre o ministro Fernando Haddad (PT) e o mercado financeiro continuou marcada por altos e baixos.

Pouco mais de três anos após assumir o Ministério da Fazenda, economistas avaliam que Haddad não avançou em reformas importantes para melhorar a economia no longo prazo.

O principal problema foi a dificuldade de controlar os gastos públicos, marcada por revisões e mudanças nas metas.

Nesta reportagem, veja o que os números da economia mostram sobre a passagem de Haddad pelo Ministério da Fazenda.

A economia teve resultados melhores do que o esperado nos últimos anos - com crescimento do **PIB**, **inflação** controlada e mercado de trabalho aquecido. Mesmo assim, a relação entre o ministro Fernando Haddad (PT) e o mercado financeiro continuou marcada por altos e baixos.

Pouco mais de três anos após assumir o Ministério da Fazenda, economistas avaliam que Haddad não avançou em reformas importantes para melhorar a economia no longo prazo. O principal problema foi a dificuldade de controlar os gastos públicos, marcada por revisões e mudanças nas metas.

Nesta reportagem, veja o que os números da economia mostram sobre a passagem de Haddad pelo Ministério da Fazenda.

???Tem alguma sugestão de reportagem? Mande para o g1

O calcanhar de Aquiles

Embora Haddad tenha conquistado parte do mercado financeiro no início do mandato - com um discurso focado em melhorar as contas públicas e controlar gastos - seus planos acabaram enfrentando

resistências dentro do próprio governo.

Nos primeiros dias de governo, em 2023, Haddad chegou a afirmar que "não aceitaria" o déficit previsto para aquele ano e que trabalharia para reduzi-lo.

"Um dos méritos de Haddad é que ele sempre buscou dialogar com o mercado e com analistas, explicando a agenda econômica e os objetivos do governo", afirma Alessandra Ribeiro, sócia e diretora de macroeconomia da Tendências Consultoria.

A aprovação do arcabouço fiscal, ainda em 2023, foi um passo importante para mostrar o compromisso do ministro com as contas públicas. Mas o resultado fiscal daquele ano - com déficit de R\$ 249 bilhões - acabou pesando na avaliação do mercado.

Segundo o economista-chefe da Warren Investimentos e ex-secretário da Fazenda de São Paulo, Felipe Salto, embora Haddad tenha herdado despesas do governo Bolsonaro (PL) que precisaram ser pagas em 2023, o ministro também tem parte da responsabilidade pelo aumento dos gastos naquele ano.

"Ele manteve regras que aumentam despesas automaticamente e não discutiu mudanças em benefícios como aposentadorias, abono salarial, seguro-desemprego e BPC. Isso também aumentou a pressão sobre as contas públicas", afirma Salto.

No ano seguinte, o déficit caiu para R\$ 47,6 bilhões - uma redução de mais de 80% em relação a 2023. Mesmo assim, problemas no orçamento, dificuldade para cortar gastos e a autorização de despesas fora da meta fiscal voltaram a reduzir a confiança do mercado em Haddad.

Em abril de 2024, por exemplo, o governo propôs reduzir as metas de superávit primário para os anos seguintes no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Com isso, o superávit que era esperado para 2025 passou a ser previsto apenas para 2026.

A medida abriu espaço para aumento dos gastos públicos e foi duramente criticada pelo mercado financeiro.

"A mudança foi mal recebida pelo mercado, e com razão. Ela mudou o caminho esperado para as contas públicas e reacendeu a percepção de que o governo poderia recorrer a manobras contábeis para ajustar o resultado fiscal", afirma Salto, da Warren.

Arrecadação em alta - e gastos também

Apesar dos esforços de Haddad para manter a confiança nas contas públicas, especialistas dizem que faltaram medidas concretas para cortar despesas.

O ministro fez uma nova tentativa de cortar gastos em novembro de 2024, ao anunciar um pacote de medidas que previa economizar R\$ 70 bilhões em dois anos.

O gesto, porém, não foi suficiente para recuperar a confiança do mercado. Isso porque também foi anunciado, no mesmo dia, o aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. A promessa de campanha de Lula foi vista imediatamente como um novo gasto.

"O governo também enfrentou dificuldades para reduzir gastos por causa do Congresso. Haddad tentou discutir várias propostas, mas muitas acabaram sendo enfraquecidas pelos próprios parlamentares", diz André Galhardo, economista-chefe da consultoria Análise Econômica.

Entre as medidas que ajudaram a aumentar a arrecadação estão mudanças em **impostos**, como o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e a chamada "taxa das blusinhas", que passou a cobrar imposto de importação de 20% sobre compras internacionais de até US\$ 50.

"Ainda que o ministro tenha adotado algumas medidas corretas para aumentar a arrecadação, elas não foram suficientes para mostrar estabilidade da dívida. O ponto mais sensível, que seria controlar o crescimento das despesas obrigatórias, não foi enfrentado", diz Ribeiro, da Tendências.

Segundo dados do Banco Central, desde o início do mandato de Haddad a dívida bruta do governo em relação ao **PIB** subiu cerca de sete pontos percentuais, para 78,66%. Para este ano, a previsão do Tesouro Nacional é que a dívida chegue a 83,6%.

"Não chegamos a uma situação fiscal desastrosa, mas o déficit primário do governo ainda não é compatível com uma trajetória sustentável da dívida", completa Salto.

PONTO A PONTO: Entenda o que impulsionou a dívida pública nos últimos anos

Dos males, o menor

Apesar das dificuldades para cortar gastos, os especialistas ouvidos pelo g1 reconhecem o mérito de Haddad na defesa e na aprovação da **reforma tributária**, após três décadas de discussões no Congresso.

A reforma, aprovada em dezembro de 2023, criou um imposto sobre valor agregado (IVA), definiu uma cesta básica nacional isenta de **tributos** e estabeleceu o Imposto Seletivo, conhecido como "imposto do pecado".

ENTENDA: Veja a **reforma tributária** em 7 pontos

"Essa é uma reforma extremamente difícil e que, no início, poucos acreditavam que sairia do papel. Ainda não é o modelo ideal, mas deve gerar efeitos positivos para a economia ao longo do tempo e conta a favor de Haddad", afirma Ribeiro, da Tendências.

Os especialistas, porém, dizem que ainda há um longo caminho para completar a **reforma tributária** no país.

Segundo o economista e coordenador do curso de administração pública da Fundação Getulio Vargas (FGV), Nelson Marconi, uma parte importante que ainda precisa ser discutida é a reforma sobre a renda.

"O governo poderia ter feito uma **reforma tributária** mais ampla, que também incluísse a tributação da renda e a revisão de despesas e desonerações. A taxa de 10% sobre a renda dos mais ricos é um passo, mas ainda é insuficiente", afirma.

Contra as previsões, crescimento

A dificuldade para implementar um plano de gastos mais alinhado ao que o mercado esperava, porém, não impediu que Haddad entregasse crescimento e **inflação** melhores do que o previsto.

Durante seu mandato, o **PIB** cresceu acima das projeções do mercado em todos os anos. A **inflação** também ficou dentro do intervalo de tolerância da meta em dois dos três anos em que esteve à frente da Fazenda - muito em virtude do rigor do Banco Central em manter juros mais altos, apesar das pressões do governo federal.

"A economia tem apresentado um desempenho positivo, com crescimento elevado. Mesmo com a desaceleração em 2025, a atividade ainda cresceu bastante para o padrão recente do país", avalia Salto.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE), o **PIB** do Brasil cresceu 2,3% em 2025. O resultado representa uma desaceleração em relação ao ano anterior, mas marcou o quinto ano seguido de crescimento da economia.

Parte dessa desaceleração também é reflexo dos juros elevados, que estão em 15% ao ano desde junho de 2025.

A política monetária restritiva [juros altos] e o alto endividamento das famílias, que bateu recorde no ano passado, têm puxado um pouco o consumo para baixo, afirmou Rebeca Palis, coordenadora de contas nacionais do instituto, em coletiva de imprensa para falar sobre o resultado do **PIB**. Segundo ela, o alto nível da Selic foi o vilão do **PIB** no ano passado.

Apesar dos juros elevados, o mercado financeiro avalia que o BC fez bem em não ceder.

"Além disso, o fato de Haddad ter respeitado a autonomia do Banco Central e permitido que a instituição atuasse sem interferência também é um ponto positivo", afirma Salto.

Nesse ponto, o ministro também ajudou a manter a **inflação** controlada nos últimos anos - mesmo com uma meta considerada exigente, de 3%.

"Hoje vemos as expectativas caminhando para níveis mais baixos, e em nenhum momento houve descontrole da **inflação** ou sinal de que o governo tenha abandonado o compromisso de mantê-la sob controle", completa.

Por fim, os especialistas consultados pelo g1 também destacam os bons resultados do mercado de trabalho e da renda como parte do legado de Haddad.

"Esse é um indicador ligado ao crescimento da economia e que também ficou melhor do que o mercado previa. O mercado de trabalho está realmente muito positivo", avalia Alessandra Ribeiro, da Tendências.

Segundo o IBGE, a taxa média de desemprego no Brasil ficou em 5,6% em 2025 - o menor nível da série histórica, iniciada em 2012.

Já o rendimento médio real das pessoas ocupadas foi estimado em R\$ 3.560, alta de 5,7% em relação a 2024.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2026/03/18/o-balanco-da-gestao-haddad-em-graficos.ghtml>

Governo vê abusos em alta de combustíveis

**RAPHAEL PATI » ROSANA HESSEL » FRANCISCO
ARTUR DE LIMA**

Os combustíveis devem permanecer mais caros em todo o país, em meio às restrições no comércio global em virtude da guerra no Oriente Médio. A dificuldade para os navios trafegarem no Estreito de Ormuz, controlado pelas forças revolucionárias do Irã, causa um efeito direto sobre os preços no mundo inteiro, e no Brasil esse cenário não é diferente, já que o país importa 30% do diesel consumido no mercado interno, além de 10% da gasolina.

Além disso, os governos estaduais rejeitaram, ontem, uma solicitação do governo federal para reduzir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre esses produtos.

O pedido foi feito pelo próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na semana passada - quando anunciou a isenção de PIS/Cofins sobre o óleo diesel. Em nota, o Comitê Nacional de Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz) afirmou que cortar **impostos** não garante alívio para o bolso do consumidor, e ainda pode provocar "perdas fiscais concretas" para os entes federativos. De acordo com o Comitê, nos últimos três anos, o preço da gasolina caiu 16% nas refinarias, mas subiu 27% nas bombas, "o que evidencia, de forma objetiva, que reduções de parcelas de custo não necessariamente se convertem em alívio proporcional ao consumidor final".

Além disso, os estados defendem que as iniciativas voltadas à redução de preços devem considerar, também, seus efeitos sobre o financiamento de políticas públicas essenciais mantidas por estados e municípios, como saúde, educação, segurança pública, transporte e infraestrutura. "Em vez de produzir alívio real nas bombas, uma nova redução do ICMS pode, na prática, enfraquecer a capacidade do poder público de atender justamente a população que se pretende proteger", ressaltou a nota. Atualmente, o imposto estadual representa R\$ 1,57 por litro na gasolina e R\$ 1,17 por litro no preço do diesel.

Racionamento No Brasil inteiro, distribuidoras repassam o aumento dos custos logísticos e do próprio produto ao valor final da gasolina e do diesel para os postos. No Distrito Federal, um levantamento realizado pelo Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicombustíveis-DF) aponta que desde o início dos efeitos do conflito internacional, as distribuidoras já aumentaram em R\$

0,89 o preço do litro de diesel e em R\$ 0,26 a gasolina.

No posto da Petrobras da 113 Norte, o estoque de diesel acabou ainda durante a tarde de ontem. O gerente do estabelecimento, Wendell Luiz, explica que a distribuidora que atende a unidade passou a entregar menos combustível que o demandado pelo posto. "Quando eu peço 15 mil litros de combustível, não chegam os 15 mil. Chegam só 5, 10 mil", diz o gerente, que acrescenta: "Eles (distribuidora) falam que, se liberar, vai faltar para eles e vai faltar para a gente. Ou, então, a segunda opção é aumentar o preço dos combustíveis. E eles estão tentando segurar o preço, mas também estão diminuindo a quantidade de venda".

Para presidente do Sindicombustíveis- DF, Paulo Tavares, é impossível evitar os efeitos do preço do mercado internacional para as distribuidoras. "São as distribuidoras que precisam importar 30% do diesel e 10% da gasolina para suprir o mercado brasileiro", frisa o representante dos donos de postos. que explica que, com a adoção de quotas diárias, as pequenas distribuidoras regionais, que suprem, principalmente, os revendedores sem bandeira, sofrem com a falta produto, visto que os preços no mercado internacional estão bem mais caros que os praticados pela Petrobras.

Na tentativa de ampliar a oferta, a Petrobras tem realizado leilões de diesel voltados a pequenas distribuidoras regionais. No entanto, o ágio nesses leilões já alcança até R\$ 2,60 acima do preço de tabela.

Carestia Desde o início do conflito, o consumidor brasileiro percebe um aumento cada vez maior do preço dos combustíveis em todo o país. Com medo de que os valores fiquem ainda mais caros, o militar Roberto Marista, de 42 anos, saiu de casa e foi abastecer ontem durante a noite.

"O que eu fiz, já prevendo um possível aumento em um tempo curto, eu vim abastecer sem a necessidade.

Meu carro ainda tem combustível", contou.

Além da gasolina e do diesel, o preço do etanol também segue mais elevado. Um levantamento feito pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) mostra que, mesmo com o petróleo mais caro, abastecer com álcool só é mais vantajoso em apenas dois estados

brasileiros: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, onde a proporção de preço entre etanol e gasolina fica abaixo dos 70%. No DF, essa média chega a 79%. "A minha preocupação é porque o etanol, que não tem nada a ver com o mercado externo, está tão caro, se o problema é na gasolina?", indaga Armino Riedel, 43 anos, servidor público. "Não tem mistura de petróleo, não é derivado, não tem impacto no mercado exterior, então não faz sentido para a gente", completa.

Ontem, a Polícia Federal instaurou um inquérito para investigar postos e distribuidoras de combustíveis quanto à possibilidade de essas empresas efetuarem ajustes "abusivos" nos preços de combustíveis, em decorrência do aumento do valor do petróleo no mercado internacional. Segundo Willian Murad, diretor-executivo da Polícia Federal, o inquérito foi instaurado para evitar que aumentos nos preços de combustíveis ocorram na lógica de um cartel.

De acordo com o ministro da Justiça, Wellington Lima e Silva, as ações da PF englobam uma série de iniciativas comandadas por órgãos como a ANP, o Ministério de Minas e Energia (MME), a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), o Conselho de Administrativo de Defesa Econômica (Cade), e Procons estaduais. "Como nós sabemos, o mercado brasileiro trabalha com a livre concorrência, mas o abuso aos preços é inevitavelmente rechaçado pelo governo", disse o ministro Lima e Silva, em conversa com jornalistas.

Uma operação da Senacon observou indícios de aumento abusivo em vários estados. No Distrito Federal, 29 postos foram anotados.

"Nós identificamos quais são os pontos sensíveis e que podem representar uma elevação de preço sem justa causa, que caracteriza uma abusividade", pontuou Morxita, que completou: "Identificamos um paralelismo de preços, onde postos estavam praticando no mesmo município o mesmo preço, em vários estados"

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/03/18/all.pdf>

"Supersemana" dos BCs decide juros pós-choque do petróleo (Editorial)

A "supersemana" dos bancos centrais começa hoje, com reuniões das autoridades monetárias do Brasil e dos Estados Unidos para definir os próximos passos de suas políticas monetárias. Eles terão de decidir o rumo das taxas de juros quando mal haviam se adaptado aos efeitos do choque tarifário do presidente Donald Trump e foram confrontados com a maior interrupção do fornecimento de petróleo da história. Escolherão o caminho praticamente sem bússolas, em um momento em que previsões quase se assemelham a meras apostas, condição que afetará seus pares mundo afora - Canadá, Reino Unido, zona do euro, China, Japão e Reino Unido igualmente determinarão juros de curto prazo até quinta-feira.

Não há muitas diferenças entre esses países em relação ao estágio em que se encontram na normalização monetária. Dos 80 países compilados pelo Financial Times, quase todos reduziram as taxas de juros, vários encerraram o ciclo de cortes e o Federal Reserve americano encontra-se na difícil metade do caminho, podendo ser obrigado a dar um passo atrás. O Banco Central do Brasil anunciou que cortaria os juros, mas foi surpreendido pelo novo choque do petróleo. Só o Japão vai na direção contrária de elevação das taxas. E, diante da ameaça de realimentação da **inflação** global, só a China está na mais confortável das posições - sujeita ainda ao risco da deflação.

Dúvidas sobre a conveniência de redução dos juros sempre rondaram as viradas de ciclo da política monetária brasileira, como agora. Há convergência entre analistas de que um corte de 0,5 ponto percentual em uma Selic de 15%, a maior em 20 anos, é possível. Mas o cenário externo mudou as expectativas para redução de 0,25 ponto, ou mesmo nenhuma redução. Às vésperas do Copom, o Tesouro comprou o nervosismo dos mercados com intervenções para recompra de títulos prefixados, em alta aguda, em operações que até ontem somavam R\$ 36 bilhões. Em modo eleitoral, o governo amorteceu um dia antes o aumento do diesel pela Petrobras, cortando **impostos** e anunciando subsídios ao combustível.

Os dilemas do BC brasileiro continuam os mesmos, agravados pela ameaça inflacionária que pode se disseminar pela disparada das cotações do petróleo. O recuo da **inflação** demorou diante da dose cavalgar de

juros porque o governo não pretendia deixar que a economia desacelerasse nem se importou muito em obter o equilíbrio das contas públicas. A desaceleração da economia é suave, e os dados do primeiro trimestre do ano, pelo IBC-Br do Banco Central, indicam uma aceleração em relação ao último trimestre de 2025. O IPCA de fevereiro, de 0,7%, veio um pouco acima do esperado. As expectativas do mercado expressas no boletim Focus começaram a mudar, apontando **inflação** maior e redução menor dos juros em 2026. Não será surpresa se o conservadorismo predominar e o corte da Selic for pequeno, com seu ritmo futuro sujeito a reviravoltas.

Previsões de analistas para a **inflação** no Brasil e nos EUA apontam uma alta da **inflação** ao consumidor perto de até 0,5 ponto percentual em ambos, se o petróleo continuar por mais tempo em US\$ 100 o barril. Um dos dilemas atuais dos BCs é se enfrentam logo o avanço nos preços das altas do petróleo, endurecendo a política monetária, ou esperam para ver a intensidade dos efeitos secundários para depois reagirem.

A posição já tomada do Fed favorece a segunda alternativa, apesar de a meta de 2% não ter sido atingida desde 2021. O banco havia pausado os cortes em janeiro, diante da persistência da **inflação**, e os mercados aguardam agora apenas uma redução, e não mais duas, até dezembro, se o choque do petróleo perdurar por um bom tempo. A economia americana desacelerou no fim de 2025, e o Fed, que se inclinava a dar mais ênfase ao esfriamento do mercado de trabalho, terá de voltar a olhar com lupa a **inflação**, que, por sua medida preferida (núcleo do PCE), está em 2,9% (janeiro).

Os demais bancos centrais estão em compasso de espera. O BCE colocou a **inflação** de volta na meta (2%), mas ela voltou a subir um pouco antes do choque do petróleo. BCE e Banco da Inglaterra podem não se mover agora, como o Fed, e aguardar o desenrolar dos acontecimentos. Os países asiáticos, em especial a China, ainda são muito dependentes do petróleo e do gás escoados pelo Estreito de Ormuz, mas sua **inflação** é baixa e podem esperar mais para usar a arma dos juros. Com os preços insistentemente perto do zero, o Banco Popular da China nada terá de fazer até que o índice de preços ao consumidor atinja a meta de 3%.

Os dois choques sequenciais na economia global foram provocados por um só homem, Donald Trump, e eles podem levar o mundo a um período de estagflação, com crescimento baixo e inflação alta, além de tudo agravado por um endividamento excessivo dos países desenvolvidos e vários emergentes, como o Brasil. A economia global é menos dependente do petróleo do que foi nos choques anteriores, e suas consequências podem ser menos drásticas. De qualquer forma, os sinais que serão emitidos hoje pelo BCB e pelo Fed mostrarão como pretendem reagir a um mundo que se tornou hostil às previsões.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

No olho do furacão: guerra no Irã abala mitos que cercam a cosmopolita Dubai

Simeon Kerr *Financial Times*, de Dubai de Sabino Ahumada) (Tradução

Em Palm Jumeirah, a luxuosa ilha artificial que simboliza a ostentação de Dubai, tanto moradores quanto turistas têm observado à noite como o céu é iluminado por mísseis e interceptadores, um espetáculo que um recém-chegado descreveu como "algo saído de Guerra nas Estrelas".

Alguns hóspedes de um hotel de cinco estrelas ficaram tão preocupados com a ameaça representada pela promessa iraniana de intensificar a guerra contra Israel e Estados Unidos que a direção decidiu transformar seu salão de festas no térreo em um dormitório improvisado.

Em meio a sirenes e a frequentes alertas para que a população busque abrigo, as ruas rapidamente ficaram vazias em uma cidade que ao longo do último meio século havia se tornado sinônimo de dinamismo econômico.

O aeroporto de Dubai, normalmente o mais movimentado do mundo em voos internacionais, cancelou milhares de voos depois dos ataques iniciais do Irã, embora nos últimos dias muitos passageiros que haviam ficado presos tenham sido repatriados.

Ontem, mais voos foram atrapalhados pelo fechamento do espaço aéreo do país, em função de um ataque com drone do Irã que causou um incêndio em um dos terminais do aeroporto. A fumaça cobriu boa parte da área.

"Isto é novo para mim", diz um executivo do setor de comunicações, ainda chocado com o som estrondoso de destroços de mísseis que caíram do lado de fora da sacada de seu apartamento. "Dubai sempre se vendeu como a metrópole da paz e da estabilidade, e agora está sendo realmente colocada à prova."

Desde que EUA e Israel iniciaram a guerra, os Emirados Árabes Unidos, que há anos vivem um sucesso espetacular como entreposto comercial internacional, têm sido o alvo da maior parte do arsenal disparado pelo Irã através do Golfo Pérsico.

Durante anos, a marca dos Emirados Árabes Unidos - e a de Dubai em particular - foi sustentada pela

pretensão de ser uma ilha de estabilidade em meio a uma vizinhança perigosa. Bilionários da área de tecnologia, influenciadores e turistas se viram atraídos por fatores que vão desde um tratamento tributário favorável até o seu inverno com sol, além de sua localização, onde o Oriente se encontra com o Ocidente, igualmente conveniente para a Europa, África e Ásia.

Agora, o fascínio está sob ameaça, o que coloca em dúvida se suas décadas de crescimento extraordinário poderiam estar em risco.

As dificuldades de Dubai são compartilhadas pelo resto da região. A guerra materializou os piores medos dos países do Golfo: um conflito que eles não têm como controlar e que ameaça desestabilizar suas ambições de grandiosidade.

Os ataques iranianos também atingiram alvos militares, de infraestrutura e de energia na Arábia Saudita, Bahrein, Kuwait e Omã, confirmando os antigos temores de que, se a sobrevivência do regime iraniano estivesse em risco, Teerã atacaria os vizinhos que fossem aliados dos EUA.

A resposta iraniana também é uma ameaça para os planos ambiciosos do príncipe herdeiro da Arábia Saudita, Mohammed bin Salman, de transformar a maior economia da região em um destino turístico e de serviços - uma ideia em grande medida inspirada nos êxitos dos Emirados Árabes Unidos -, assim como para suas esperanças de liderar uma região centrada no desenvolvimento, em vez de em conflitos.

No entanto, é justamente o modelo de negócios de Dubai que passou a estar sob pressão em particular.

O sistema de defesa dos Emirados Árabes Unidos interceptou mais de 90% dos mais de 1,9 mil

mísseis e drones lançados contra seu território e limitou as baixas e os danos, de forma que nos últimos dias as ruas de Dubai voltaram a ter um maior movimento.

Embora os ataques tenham provocado a morte de três pessoas, muitos moradores acham que a resposta do país do Golfo Pérsico é um resultado bem-sucedido para um cenário há muito temido.

Ainda assim, os ataques diretos a infraestruturas civis, como o hotel Fairmont, em Palm Jumeirah, estilhaçaram qualquer esperança de que Dubai possa ficar imune à volatilidade do Oriente Médio.

As imagens do autointitulado hotel "sete estrelas" Burj Al Arab em chamas, causadas por destroços da interceptação de um drone perto do hotel, rodaram o mundo.

Agora, alguns estrangeiros vêm considerando se devem ou não ficar. Uma parte já foi embora. O mercado imobiliário ficou congelado e as exportações estão quase parando. Caso a guerra se prolongue, alguns temem danos de longo prazo à reputação de Dubai - e ao seu modelo de fazer negócios.

"Esta economia depende da entrada de dinheiro, então estes eventos podem ser fatais", diz um advogado especializado em direito empresarial. "O mito está rachado."

Historicamente, Dubai se beneficiou da instabilidade regional e de outras crises mundiais. Desta vez, contudo, a cidade portuária está no olho do furacão.

A vila de pescadores que se transformou em um centro comercial regional na década de 1970 viu a ascensão da empresa aérea Emirates - conectando cidades de todos os continentes com seu aeroporto em constante expansão - dar início a um mercado do turismo que fez de Dubai a sexta cidade mais visitada do mundo em 2026.

Na esteira dos ataques de 11 de setembro de 2001 aos EUA, mais dinheiro de países de maioria muçulmana começou a fluir para o Golfo Pérsico. Dubai abriu seu mercado para estrangeiros, o que fomentou a primeira onda de expansão imobiliária da cidade.

A crise financeira mundial abalou a região em 2009 e fez a economia de Dubai, que havia captado muitas dívidas, encolher, o que exigiu um socorro financeiro com empréstimos de Abu Dhabi. Por outro lado, as revoltas populares árabes de 2011 voltaram a atrair dinheiro e pessoas, proporcionando mais um impulso à economia.

Quando a pandemia chegou em 2020, o governo fez um lockdown mais rigoroso e uma reabertura mais rápida do que outros países, permitindo um ambiente de relaxamento e segurança, que atraiu uma nova geração de recém-chegados: influenciadores, investidores de criptomoedas e gestores de fundos hedge.

A guerra na Ucrânia em 2022 trouxe russos em busca de refúgio, enquanto o aumento dos **impostos** no Reino Unido atraiu uma onda de moradores endinheirados, em meio a programas de residência

de longo prazo que incentivavam os estrangeiros a criar raízes.

Para muitos desses recém-chegados, os ataques foram um choque de realidade - e uma lição sobre a história e a geografia da região, mesmo diante do momento atual de tentativa de volta à normalidade dos serviços.

O nervosismo na comunidade estrangeira tem sido amplificado pelo catastrofismo em grupos hiperativos de mensagens no WhatsApp. Acredita-se que as autoridades vão reprimir as pessoas que compartilhem vídeos considerados prejudiciais para a segurança nacional, de acordo com um consultor.

Consultores de patrimônio dizem que surgiu uma divisão entre os recém-chegados a Dubai, como os britânicos que saíram depois de a ministra das Finanças do Reino Unido, Rachel Reeves ter abolido o sistema de **impostos** para não domiciliados, e os estrangeiros que estão há mais tempo, alguns dos quais prometem permanecer.

Ashley Crossley, sócio do escritório de advocacia Baker McKenzie, diz que embora os britânicos recém-chegados sejam os mais preocupados, eles ainda não estão considerando voltar, tendo em vista as alíquotas dos **impostos** em jogo. Dubai não cobra imposto de renda de indivíduos, investidores ou da maioria das empresas.

Ele acha que as pessoas vão "esperar para ver" e, depois, considerar jurisdições como a Itália, que cobra um imposto fixo anual.

Muitos dos residentes riquíssimos que chegaram recentemente vêm monitorando a situação, diz um deles, que conseguiu um voo para sair de Dubai no início da semana. "Temos sorte de poder esperar do lado de fora pelos próximos meses antes de avaliar se vamos voltar", diz ele. "Há outras opções, como Portugal ou Itália."

No entanto, para cada residente que decide sair, muitos permanecem. Trabalhadores do Sul da Ásia e do Sudeste Asiático ainda trabalham em canteiros de obras pelo país; executivos de colarinho branco em trabalho remoto vêm observando como o impacto econômico se desenrola e organizando as aulas on-line nas escolas de seus filhos.

E enquanto alguns moradores de Dubai contratam

serviços de jatos particulares para deixar o emirado - pagando até US\$ 250 mil - outros querem voar de volta, para manter o status de residência fiscal.

Grandes transações imobiliárias já foram suspensas, segundo advogados. Os interessados em comprar casas de luxo exigem descontos de 20% e a expectativa é de pedidos ainda menores nas negociações.

Um investidor institucional retirou uma oferta de centenas de milhões de dólares em um parque logístico em Jebel Ali, a zona franca ao lado do porto mais movimentado da região, que gera quase 25% da economia de Dubai e tem sido atingido por ataques do Irã, o último deles ontem, contra um terminal de exportação de petróleo.

A maioria dos moradores acredita

que os preços dos imóveis podem cair entre cerca de 25% e 35% - o que seria bem-vindo para muitos que sofrem para arcar com aluguéis inflacionados. Investidores vêm separando recursos para comprar ativos em dificuldades. Um deles está preparado para comprar casas unifamiliares cujo valor caia 35% em relação às avaliações anteriores à guerra.

As exportações estão "quase paralisadas", uma vez que os navios evitam passar pelo Estreito de Ormuz, segundo um consultor. Rotas alternativas fora do Golfo Pérsico, como Fujairah e Salalah, em Omã, têm capacidade limitada.

"Mesmo se as hostilidades acabarem, haverá uma enorme demanda reprimida a ser atendida e um impacto de longo prazo nas percepções de confiabilidade do suprimento", diz o consultor.

Dirigentes e executivos tentam manter o otimismo quanto ao futuro econômico de longo prazo dos Emirados Árabes Unidos.

"Somos o elo entre o Oriente e o Ocidente, [entre] os mercados estabelecidos e o Sul Global", diz o funcionário de alto escalão do governo de Dubai. "Qualquer pessoa que pense seriamente sobre crescimento sabe que este é o lugar para se estar."

Os líderes do país estão circulando pelos shoppings para encorajar a população a voltar à vida normal. Uma propaganda de serviço público apresentada por um ator infantil explica que os "grandes estrondos" no céu são "o som de estarmos seguros".

"A lição a aprender é que os Emirados são bons em gestão de crises - não houve pânico, apenas trabalho constante para atender aos passageiros retidos", disse

Abdulkhaleq Abdulla, um analista político do país.

"Segurança não é a ausência de ameaças. É a capacidade de absorvê-las, interceptá-las e proteger a vida civil", acrescentou Zachary Cefaratti, fundador do banco de investimento Dalma Capital, com sede em Dubai.

No entanto, muitos temem que, depois de os países do Golfo Pérsico terem sido arrastados para uma guerra que não queriam, os EUA possam não conseguir "terminar o trabalho" ou que iniciem negociações com o Irã cujo desfecho ainda os deixe vulneráveis, segundo funcionários e consultores.

Isso poderia resultar em um regime iraniano ferido, determinado a reconstruir arsenais e reafirmar-se em todo o Golfo Pérsico.

À medida que aumenta o risco de um conflito prolongado, crescem também as preocupações sobre o tamanho da desaceleração econômica prevista.

"Além da energia, haverá uma paralisação em todo o restante do comércio entre o CCG [os países do Conselho de Cooperação do Golfo Pérsico] e o mundo", alerta o ministro da Energia do Catar, Saad alKaabi. "Isso terá um impacto significativo nas economias do CCG e em todos os seus parceiros comerciais ao redor do mundo."

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

TRF-3 afasta restrições do TCU às transações tributárias

"O entendimento do TCU é um equívoco gigantesco"
Carlos R. Occaso

Uma empresa conseguiu decisão de segunda instância para afastar as restrições impostas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) às transações tributárias federais. O desembargador Luiz Alberto de Souza Ribeiro, da 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), negou recurso da Fazenda e manteve liminar favorável ao contribuinte.

É a primeira decisão de segunda instância favorável aos contribuintes. Ela beneficia a Galileia Filmes e Produções, que poderá usar prejuízo fiscal e base negativa de CSLL para quitar até 70% da dívida, após descontos sobre multa e juros, como previsto na Lei de Transações Tributárias (nº 13.988, de 2020). O acórdão derruba a trava do TCU, de que esse crédito não poderia ultrapassar 35% do passivo - ou seja, resultar em redução acima de 65% da dívida ou incidir sobre o valor principal.

As transações tributárias são uma forma de negociar **tributos** em atraso com a Fazenda Nacional, com abatimentos e de forma parcelada. Esse instrumento tem aumentado a arrecadação do governo nos últimos anos.

Segundo dados do último PGFN em Números, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), foram arrecadados R\$ 68 bilhões com as transações em 2025. É mais que o triplo dos R\$ 20 bilhões arrecadados com execuções fiscais em toda a Justiça Federal no mesmo ano, de acordo com o último Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A PGFN discorda do entendimento do TCU e já recorreu do acórdão que impôs as limitações. O caso seria julgado pelo tribunal administrativo no dia 4 deste mês, mas foi retirado de pauta. Segundo a procuradora-geral da Fazenda Nacional, Anelize Almeida, o entendimento do órgão pode comprometer a recuperação de recursos neste ano por meio do Programa de Transação Integral (PTI), modalidade de negociação de dívidas tributárias com bons pagadores.

No caso da Galileia Filmes e Produções, a PGFN sustentou que a decisão do TCU "causa risco concreto

de frustração da oportunidade de transação e de prejuízos econômicos relevantes" (processo nº 5036827-59.2025.4.03.6100).

A Fazenda, de acordo com a procuradora-geral, não tem deixado de realizar os acordos. Mas advogados têm aconselhado as empresas a esperar a reversão do entendimento do TCU para negociar em melhores condições. O uso de prejuízo fiscal é crucial sobretudo para empresas em recuperação judicial, pois têm grandes estoques e a quitação do passivo tributário é condição para se homologar o plano de reestruturação. Sem ele, essas companhias não podem sair do processo.

No caso da Galileia, a empresa devia R\$ 40 milhões ao governo e conseguiu, na PGFN, a revisão da capacidade de pagamento (Capag) de R\$ 62 milhões para R\$ 12,9 milhões. A Capag é um dos critérios usados para a aplicação dos descontos - quantos menos a empresa pode pagar, maiores são as reduções.

Mas ela não havia conseguido ainda autorização para usar o prejuízo fiscal. "Sem o prejuízo, a empresa não consegue pagar", afirma Thiago Taborda Simões, do TSA Advogados, que atua no processo. Para ele, sem esse mecanismo, a própria efetividade do programa de transação vai cair. "O parecer do TCU foi um golpe na PGFN e no caixa do governo. Ele restringe muito o alcance e inviabiliza a celebração de acordo, principalmente no contexto das reestruturações", completa.

Taborda reforça que o uso de prejuízo não é desconto. "Tem o desconto e sobre o que sobrar tem o pagamento em até 70% com o prejuízo, que é uma moeda de pagamento. Isso que eles entenderam diferente, que a utilização do prejuízo deveria estar no limite do benefício global de 65% para empresas normais e 70% para as que estão em reestruturação", adiciona o especialista.

Além dessa decisão, já há notícia de uma sentença favorável a uma empresa em reestruturação, dada pela Justiça Federal do Rio de Janeiro (processo nº 500475077.2026.4.02.5101), além de outras liminares. Mas o entendimento não é unânime e os pedidos das companhias também têm sido negados - em um deles, é o mesmo escritório que atua no caso da Galileia.

Nesse processo, a empresa Allonda Ambiental buscava usar R\$ 63 milhões dos seus R\$ 106 milhões de prejuízo fiscal. Mas o juiz Gabriel Hillen Albernaz Andrade, da 6ª Vara Cível Federal de São Paulo, negou a solicitação. Disse que o prejuízo e base negativa de CSLL não são "ingresso efetivo de receitas nos cofres públicos ou mesmo créditos líquidos e certos", por isso, não podem ser usados na compensação administrativa (processo nº 5037804-51.2025.4.03.6100).

O juiz Marcelo Guerra Martins, da 13ª Vara Cível Federal de São Paulo, chegou à mesma conclusão. O advogado do caso, Luiz Priolli da Cunha, do Priolli da

Cunha Advogados, diz que vai recorrer. "O TCU está ultrapassando o poder dele, é inconstitucional", afirma (processo nº 5004452-68.2026.4.03.6100).

Para o advogado Carlos Roberto Occaso, do escritório Bisson, Bortoloti, Moreno, Occaso e Verzola, que também teve um cliente com liminar indeferida, o entendimento do TCU é um "equivoco gigantesco". "Ele parte do princípio que crédito de prejuízo fiscal é benefício, quando a Lei nº 13.988, de 2020, define que é forma de pagamento para quitação e amortização do saldo

remanescente", diz (processo nº 1147374-46.2025.4.01.3400).

Em nota ao Valor, a PGFN diz que recorreu da decisão do TCU e que sua atuação "baseia-se em fundamentos técnicos e mantém a linha argumentativa de que o modelo adotado está alinhado às diretrizes que buscam viabilizar a regularização fiscal de forma sustentável para as empresas e para a arrecadação da União". "O órgão esclarece que está prestando todas as informações necessárias à Corte de Contas para subsidiar a análise do caso", afirma.

Um bom planejamento para a longevidade

Nos últimos anos assistimos a um franco crescimento do tema do planejamento sucessório - adiantamento de heranças, articulação de usufruto, organizações societárias para gestão de patrimônio. Sem dúvidas, tem sido um movimento muito importante para se discutir autodeterminação, preservação de legados e prevenção de conflitos.

Mas é preciso reconhecer que esse planejamento tem seus holofotes virados para os sucessores: como garantir uma transmissão sem que os herdeiros briguem, como se faz para que eles tenham pouco custo com **impostos** e regularização patrimonial, e como eles podem ser protegidos financeiramente, especialmente se houver sucessor vulnerável.

Esse planejamento, friso, é louvável e recomendável.

Só que ele é pensado, essencialmente, na segurança e comodidade da próxima geração.

E merece destaque que não foi fácil chegar nesse ponto. Até recentemente tocar no assunto do planejamento patrimonial sucessório era envolto em tabus e havia quem acreditasse que poderia abrir espaço para a morte.

Só que os dados sobre longevidade no Brasil e no mundo nos colocam um novo enfrentamento: e se a velhice nos vulnerabilizar antes da morte? Esse planejamento tradicional é capaz de trazer a segurança e a tranquilidade tão almejadas?

Em setembro de 2024, o Ministério da Saúde divulgou o Relatório Nacional sobre a Demência: Epidemiologia, (re)conhecimento e projeções futuras, que conta com dados epidemiológicos, risco, subdiagnóstico e estigma dessa condição. De acordo com o estudo, cerca de 8,5% da população com 60 anos ou mais convivem com a doença, representando um número aproximado de 1,8 milhão de casos. Até 2050, a projeção é que 5,7 milhões de pessoas sejam diagnosticadas no país.

Diante desse cenário, pode ser que o planejamento patrimonial sucessório dê amparo aos sucessores às custas da segurança da velhice do próprio planejador. De que adianta um plano de estrutura complexa para a sucessão se o planejador vai precisar de seu patrimônio antes da sua morte, inclusive com a eventual necessidade de liquidar parte desse patrimônio?

Quando uma pessoa idosa tem sua capacidade desafiada por um transtorno cognitivo, ela pode precisar de uma curatela, que é uma medida judicial de representação por terceiro que será responsável pela gestão financeira e patrimonial da pessoa incapacitada. Nesses casos, essa gestão é fiscalizada pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário. Ocorre que, nessas circunstâncias, o patrimônio fica engessado, proibido de qualquer levantamento ou alienação, salvo se for pedido um alvará para tanto em ação própria.

Esses desafios já têm batido às portas dos escritórios de advocacia e alguns casos têm chamado a atenção.

O primeiro deles é o das pessoas que confiaram que colocar todo o seu patrimônio em VGBL era uma solução sucessória mágica: sem inventário, sem ITCMD, sem advogado. Se essa pessoa enfrenta uma demência ou outra condição que exige cuidados especializados e, portanto, mais custos, ela dificilmente terá acesso a esses valores. Para isso, é preciso ação, advogado especializado, prestação de contas e muita paciência e insistência para a liberação.

O segundo caso é das pessoas que decidiram pela doação universal de bens com reserva de usufruto. Há circunstâncias que exigem mais que os frutos - é preciso ter o produto da venda para fazer frente ao aumento radical dos gastos.

Feita a doação, contudo, o bem agora é de terceiro, ainda que esse terceiro seja um filho.

Veja bem. Eu não quero com esse tema causar angústia nem discórdia familiar. Mas em nome do conforto não podemos ignorar uma realidade que bate à nossa porta. Nesses planos hoje tão difundidos de envelhecimento ativo, cuidados com a saúde física e mental, onde está o zelo com a hígidez patrimonial?

O que quero fomentar é que nas reflexões sobre o planejamento patrimonial familiar e sucessório o holofote não seja tão voltado para os sucessores. É preciso jogar luz, primeiro, nas potenciais necessidades do próprio planejador em seu envelhecimento e possível incapacidade. Em seguida, voltamos para as preocupações com os sucessores. Por fim, devemos buscar um plano que resulte em uma composição mais elástica, na qual caibam as demandas de ambas as gerações. Afinal, a quem primeiro serve o patrimônio do planejador?

E essa estruturação traz a demanda não só da organização patrimonial. O planejamento para a longevidade precisa ser também existencial. As soluções não se bastam com economia fiscal em transmissão ou decisões de consolidação de um legado. É preciso pensar em gestão de cuidados e gestão financeira para os cuidados.

Isso pode ser feito em um documento chamado autocuratela que, no projeto de reforma do Código Civil foi nomeado como diretiva antecipada de curatela. Nele, o planejador pode, entre outros, antecipar sua vontade sobre quem deve ser nomeado curador, o modo como deva ocorrer a gestão patrimonial e pessoal pelo curador e a cláusulas de remuneração, de disposição gratuita de bens ou de outra natureza.

É possível pensar em curatela conjunta e em separação de atribuições - uma pessoa cuida da saúde e outra, das finanças. É possível, ainda, apontar que não pode ser o curador. Mas para isso, é preciso caminhar até a fronteira: estamos prontos para planejar uma velhice não idealizada? O planejamento que devemos buscar é, antes de tudo, um plano de bem viver.

Acordo Mercosul- UE é promulgado

» **LETÍCIA CORRÊA**

O Congresso Nacional promulgou, ontem, o Decreto Legislativo nº 14, de 2026, que aprova o acordo entre o Mercosul e a União Europeia.

O ato ratifica a adesão do Brasil ao acordo, mas, para valer, o acordo ainda depende da aprovação do Parlamento europeu.

"O Mercosul e a União Europeia, por meio deste texto histórico, escolhem o caminho da parceria, da tolerância e da paz. Este acordo é o instrumento de verdadeira estabilidade internacional. O comércio cria regras comuns e regras comuns obrigam os países a dialogar, negociar, resolver suas disputas por meio diplomáticos em vez de recorrer à força", disse o presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União).

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, representando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, classificou a promulgação do acordo como um "marco histórico de visão estratégica e compromisso nacional". Em seu discurso, ele destacou que a iniciativa não é apenas um tratado comercial, mas uma escolha política fundamental que une dois blocos em prol da paz e do desenvolvimento.

"O acordo entre Mercosul e União Europeia conecta 2 blocos econômicos que, juntos, reúnem mais de 700 milhões de pessoas e ¼ da economia mundial. Trata-se do maior acordo comercial já negociado pelo Mercosul e também o maior acordo de comércio entre blocos do mundo. Ele é, portanto, um instrumento de política econômica e também de política externa, alinhado a uma estratégia de desenvolvimento sustentável e inclusivo", afirmou Alckmin.

Ele anunciou a assinatura de um plano de trabalho entre o Mdic e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para auxiliar empresas brasileiras na adaptação às novas regras do comércio internacional.

Para o vice-presidente, em um cenário de tensões globais, o acordo reafirma a escolha do Brasil pelo multilateralismo, pelo diálogo e por um sistema internacional baseado em regras e valores compartilhados, como o desenvolvimento sustentável e a inclusão.

"A integração por meio de instituições e com base na

democracia é o caminho para o nosso desenvolvimento", declarou.

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos- PB), mandou um recado ao continente europeu.

"Do lado de cá do Atlântico, faço um voto sincero e confiante: que o Parlamento Europeu e o Tribunal de Justiça do Bloco mostrem que estão à altura deste momento distinto e exerçam, com prontidão, a missão célebre que lhes cabe.

O Brasil esperou muito por este dia e hoje celebra a capacidade de transformar perseverança em resultado", ressaltou.

O acordo O texto de 23 capítulos prevê a redução gradual de taxas de importação para produtos agropecuários e industrializados, além de criar regras para setores como proteção da propriedade intelectual, compras públicas, regras sanitárias, comércio, compromissos ambientais, investimentos e serviços. Pelo acordo, o Mercosul zerará tarifas sobre 91% dos bens europeus em até 15 anos e a União Europeia eliminará tarifas sobre 95% dos bens do Mercosul em até 12 anos.

Juntos, os dois blocos ocidentais reúnem, aproximadamente, 718 milhões de pessoas e um Produto Interno Bruto (**PIB**) superior a US\$22 trilhões. Simulações do governo federal brasileiro estipulam que a execução do tratado pode aumentar o **PIB** do país em 0,34% até 2044, cujo a equivalência chega a cerca de R\$37 bilhões. As projeções também apontam crescimento de 0,76% nos investimentos e elevação de 2,65% nas exportações brasileiras.

* Estagiária sob a supervisão de Edla Lula

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/03/18/all.pdf>

Com R\$ 42 bilhões em 2 dias, Tesouro faz maior intervenção em títulos em 13 anos

Na véspera de o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central anunciar a nova taxa básica de juros, o Tesouro Nacional realizou ontem dois novos leilões extraordinários de recompra e venda de títulos prefixados e atrelados à **inflação**, totalizando quase R\$ 42 bilhões em operações desde segunda- feira. Segundo analistas, foi a maior intervenção no mercado no período de 13 anos, pelo menos. Com as incertezas trazidas pela escalada do conflito no Oriente Médio, as operações tiveram o objetivo de tentar frear o forte aumento dos juros no mercado futuro.

Segundo avaliação da Warren Investimentos, o saldo líquido entre recompras e vendas de papéis somou R\$ 41,94 bilhões. Como comparação, em março de 2020, em meio à pandemia de covid-19, a diferença entre títulos recomprados e ofertas ficou em R\$ 33,12 bilhões, no cálculo do estrategista- chefe de Macro e Dívida Pública da Warren, Luis Felipe Vital, e da estrategista Cecília Manzonni.

Vital e Cecília listam em relatório, além da pandemia, outros seis eventos que causaram estresse nas curvas de juros e levaram o Tesouro a atuar para corrigir o que seriam disfuncionalidades, tais como a greve dos caminhoneiros em maio e junho de 2018 (intervenção de R\$ 22,04 bilhões) e a perda do grau de investimento do Brasil em 2015 (R\$ 1,37 bilhão). Os valores são nominais.

Além da questão do conflito, Vital cita uma sequência de resultados mais fortes que o previsto de atividade e **inflação**, que, em conjunto com a disparada do petróleo, geraram uma forte reprecificação da trajetória da política monetária pelo mercado. "O problema do mercado não foi causado pelo Tesouro, mas ele viu que poderia atuar lá e corrigir a disfuncionalidade. É ali que ele financia a dívida dele, e pode ser mais dinâmico e entrar no mercado."

MULTIMERCADOS. Há quem tenha cogitado, no entanto, outra possível motivação para a entrada da autoridade fiscal no mercado de renda fixa. O gestor de portfólio Eduardo Cohn, da Heritage Capital Partners, observou em post no LinkedIn que a indústria brasileira de fundos multimercado estava bastante posicionada em aplicações nos juros domésticos, levando em conta o afrouxamento monetário e querendo capitalizar nesse movimento.

"Como sabemos, esses players tendem a montar posições expressivas e operar com elevada alavancagem - e foram todos pegos de surpresa tanto pela guerra em si quanto pelos efeitos nos ativos financeiros", disse o gestor, destacando que a desalavancagem nas apostas em juros locais ocorreu de forma rápida e intensa, com o mercado migrando de aposta de corte de 0,5 ponto porcentual da Selic para redução de apenas 0,25 ponto (mais informações nesta página). | ARÍCIA MARTINS/ E-INVESTIDOR

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Lucro operacional de planos de saúde cresce 116% em 2025

PAULO RENATO NEPOMUCENO
paulo.renato@oglobo.com.br

As operadoras de planos de saúde e administradoras de benefícios registraram lucro operacional de R\$ 11,138 bilhões, uma alta de 116,4% na comparação com 2024, que foi de R\$ 5,147 bilhões. Já o lucro líquido total, que inclui a remuneração das aplicações financeiras das operadoras com os juros elevados num setor de altas reservas técnicas, ficou em R\$ 24,5 bilhões, alta de 120% frente ao ano anterior, o maior resultado líquido da série histórica do setor, iniciada em 2018, sem descontar a **inflação**. Os números foram divulgados ontem pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que regula os planos de saúde no país.

MERCADO CONCENTRADO

Apenas nas operadoras médico-hospitalares, o lucro líquido foi de R\$ 23,4 bilhões no ano passado, com o resultado operacional de R\$ 9,8 bilhões.

O retorno sobre o patrimônio líquido (ROE), indicador que mostra quanto lucro o plano de saúde é capaz de gerar a partir do capital investido, foi de 16,4%, patamar superior aos anos anteriores à pandemia.

"Os dados mostram uma melhora no desempenho econômico-financeiro do setor em 2025, com redução da sinistralidade e crescimento do número de operadoras com resultado positivo. O acompanhamento dessas informações é fundamental para avaliar o comportamento do mercado e apoiar a atuação regulatória da ANS", afirmou o diretor de Normas e Habilitação das Operadoras, Jorge Aquino, em nota.

Segundo a ANS, as três maiores operadoras (Amil, Sul-América e Bradesco Saúde) concentraram quase metade do lucro (49%), mas, apesar da concentração no segmento, 73,5% das empresas acompanhadas pela ANS tiveram resultado líquido positivo. Em 2024, essa parcela ficara em 69,8%.

"Nota-se uma melhora geral no desempenho do setor, com crescimento do número de operadoras registrando resultados positivos", diz a nota da agência.

A sinistralidade, principal indicador do desempenho operacional do setor, caiu no ano passado. Ela foi 81,7%, abaixo dos 83,8% de 2024. O número indica que, de R\$ 100 obtidos pelos planos, R\$ 81,70 foram utilizados para despesas assistenciais, sendo o menor índice registrado desde 2020.

Segundo a agência, a recomposição das mensalidades acima da variação das despesas assistenciais foi o motivo da queda da sinistralidade. Os planos individuais tiveram reajuste de 6,06%.

GANHO FINANCEIRO

Em 2025, as receitas totais dos planos foram de R\$ 391,6 bilhões, alta de quase 12% na comparação com 2024, que foi de R\$ 350,1 bilhões. Já as despesas do setor alcançaram os R\$ 361 bilhões, aumento de 8% na comparação com 2024.

De acordo com a ANS, as aplicações financeiras das empresas, que foram de R\$ 134,5 bilhões no ano passado, contribuíram para o resultado líquido financeiro do setor de R\$ 14,7 bilhões.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Monitor do PIB tem alta de 0,2% em janeiro

Alessandra Saraiva

A economia brasileira cresceu 0,2% em janeiro ante dezembro, na leitura do Monitor do **PIB**, indicador da Fundação Getulio Vargas divulgado nesta terça-feira (17). A taxa comprova o enfraquecimento da economia no começo de 2026, disse Claudio Considera, economista da FGV e coordenador do Núcleo de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre). Ele não descartou que a atividade fraca permaneça ao longo do ano.

Na comparação com janeiro do ano passado, o indicador subiu 1,2%, com avanço de 1,9% no trimestre até janeiro e de 2,2% no acumulado em 12 meses até janeiro. "Creio que estamos há algum tempo com crescimento anualizado em torno de 2%", disse Considera. No ano passado, a atividade econômica subiu 2,3%, segundo o IBGE.

Considera destacou também o fraco desempenho dos investimentos no indicador. A formação bruta de capital fixo (FBCF), caiu 0,9% em janeiro ante janeiro de 2025. No acumulado em 12 meses, cresceu 2,1% até janeiro, menor taxa desde agosto de 2024 (1,9%). "Isso me deixa preocupado porque é falta de investimento", disse.

O saldo positivo do monitor até janeiro foi impulsionado por outros ramos da economia. Pelo lado da oferta, serviços, que representam quase 70% do **PIB**, cresceram 0,1% em janeiro ante dezembro. Também subiram 1,5% ante janeiro de 2025, com aumento de 2,1% no trimestre finalizado em janeiro, ante mesmo trimestre de ano anterior.

Considera citou ainda boas performances de agropecuária e de indústria extrativa, pelo lado da oferta, que ajudaram o Monitor do **PIB** a terminar com taxa positiva, em janeiro. "Parte desse crescimento podemos atribuir à agropecuária e à extrativa mineral", frisou. Nesses dois ramos, a melhor comparação é sempre com mesmo período de ano anterior. A agropecuária, em janeiro ante janeiro de 2025 mostrou alta de 0,5%, com aumento de 1,5% no trimestre finalizado em janeiro ante mesmo trimestre em ano anterior. Já a indústria extrativa mostrou aumentos de 10,7% em janeiro ante janeiro de 2025, com alta de 10,2% em trimestre finalizado em janeiro ante mesmo trimestre de ano anterior.

Já pelo lado da demanda, o mercado interno continua a operar em alta, notou. O consumo das famílias

avançou 1,2%, tanto em janeiro ante dezembro; quanto ante janeiro de 2025. Houve, ainda, alta de 1% no trimestre finalizado em janeiro, em relação ao mesmo trimestre de ano anterior.

Considera não acredita que a guerra no Oriente Médio possa afetar significativamente o **PIB**, mas admite que a **inflação** em 2026 pode ser negativamente influenciada, pelo atual cenário externo turbulento. "Creio que teremos uma taxa de crescimento moderada, baixa, mas com **inflação** - que, por enquanto, está contida", disse.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Alívio do prêmio de risco global beneficia o real

Arthur Cagliari, Luana Reis, Maria Fernanda Salinet e Bruna Furlani

A despeito da alta nos preços de petróleo, a aversão a risco nos mercados continuou a perder força na sessão de ontem, o que favoreceu ativos mais arriscados no Brasil e nos EUA. Com o desempenho desta terça, aos poucos, os ativos de risco mostraram que estão atrás de encontrar um patamar de estabilização após o forte estresse gerado pela disparada dos preços do óleo bruto desde a eclosão da guerra no Irã.

Até o começo da tarde de ontem, o alívio dos prêmios de risco globais impulsionou uma melhora dos ativos locais, mas o aumento dos receios inflacionários, em meio a discussões sobre uma eventual paralisação de caminhoneiros, acabou limitando a recuperação da bolsa e do câmbio domésticos. No fim, o Ibovespa fechou longe dos 182.800 mil pontos vistos na máxima intradiária, com alta de 0,30%, aos 180.410 pontos, enquanto o dólar à vista encerrou em queda de 0,58%, a R\$ 5,1991, distante da mínima de 5,1771.

O movimento ocorreu ao mesmo tempo em que cresceu a probabilidade implícita de que o Comitê de Política Monetária (Copom) reduza a Selic em 0,25 ponto na reunião de hoje, com a chance passando de 66%, no começo da manhã de ontem, para 70%, no fim do dia.

Felipe Garcia, chefe da mesa de operações do C6 Bank, diz que, depois do estresse observado entre quinta-feira e sexta-feira passadas, o início desta semana começa melhor, com os agentes calibrando o tamanho de alocações mais defensivas. "Quando você começa a desmontar [posições], você olha a diferença entre as moedas, e o nosso carregó [do diferencial de juros] mais elevado dá um suporte para o real", afirma. "Se em um cenário de estresse geral, os juros acabam não entrando muito na conta, quando o ambiente acalma, isso é olhado com atenção. Apostar contra uma moeda de carregó alto é mais caro", acrescentou.

A decisão do BC de não cortar ou cortar pouco a Selic hoje, no entanto, não necessariamente deve beneficiar o real, diz Garcia. "Os juros já estão altos, então menos 0,25 ou 0,50 ponto percentual não vai determinar a direção do câmbio. A meu ver, depende mais do **comunicado**. Se trouxer pouco ruído e der

credibilidade à atuação da autoridade em um momento crítico, o câmbio pode se beneficiar, sim."

O aumento da percepção de que o Copom irá adotar um tom mais cauteloso e preferir um ajuste de 0,25 ponto percentual também ajudou o Ibovespa a se afastar das máximas. O movimento só não foi mais intenso porque as blue chips de commodities, como Petrobras e Vale, ajudaram a manter o índice no positivo. No término da sessão, as PN da petroleira subiram 1,76%, ao passo que as ON da mineradora ganharam 0,15%.

Embora os mercados globais tenham sofrido com a forte aversão a risco desde o início da guerra no Irã, cálculos feitos pelo Valor Data mostram que as ações de petroleiras brasileiras ajudaram a evitar uma queda mais acentuada da bolsa local no período. Entre 2 de março - primeiro pregão após o início do conflito - e o fechamento de segunda-feira, 16, o Ibovespa recuou 4,98%. Sem o suporte de Petrobras, Prio, PetroReconcavo e Brava, a perda teria sido ainda maior, de 6,30%.

Dentro do setor, o melhor desempenho no período foi o da Petrobras, cujas ações ordinárias e preferenciais avançaram 12,10% e 10,82%, respectivamente, segundo números do Valor Data.

Não fosse o aumento dos receios inflacionários em meio a ruídos domésticos, o mercado local teria sentido com mais intensidade a melhora na percepção de risco global. Ontem, as bolsas de Nova York terminaram o dia no positivo, enquanto o dólar e os rendimentos dos Treasuries cederam, mesmo sem sinais de que um cessar-fogo parece próximo.

No fim do dia, o Dow Jones subiu 0,10%; o S P 500 teve alta de 0,25%; e o Nasdaq avançou 0,47%. Já os rendimentos dos Treasuries de 2 anos estavam estáveis, em 3,686%, no término da sessão. O índice DXY, por sua vez, que mede o desempenho do dólar frente a uma cesta de outras seis moedas fortes, tinha queda de 0,15%.

Ainda que o pregão tenha sido de recuperação nos EUA, pesquisa mensal do Bank of America (BofA) com gestores mostrou que preocupações com a guerra e com o crédito privado acabaram com o otimismo excessivo entre os investidores. Segundo o relatório, o

nível de caixa subiu para 4,3%, representando a maior alta mensal desde a pandemia, o que sinaliza uma postura mais defensiva.

O levantamento também mostrou que as expectativas de crescimento global caíram bastante, com apenas 7% dos entrevistados esperando uma economia mais forte, ante 39% no mês anterior, enquanto a perspectiva de maior inflação disparou para 45%.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>